

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



TRADIÇÃO E REVOLUÇÃO

HOMENAGEM A LUÍS REIS TORCAL

VOLUME 29, 2008

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A CONDENAÇÃO DA *ACTION FRANÇAISE* POR PIO XI REPERCUSSÕES EM PORTUGAL

Em 1926, a condenação da *Action Française* por Pio XI lançou o desassossego entre os católicos no interior e no exterior da França. Portugal não escapou a esse clima de intranquilidade, pois também aqui Charles Maurras tinha os seus discípulos. Defendendo os valores tradicionais assentes num catolicismo integrista e num patriotismo xenófobo, o doutrinador combatia o republicanismo laicista, o socialismo ateu, a democracia e o liberalismo. Discípulo de Comte e de Darwin, Maurras recorria à biologia para explicar as desigualdades naturais entre os indivíduos, procurando demonstrar que a tão proclamada igualdade entre os homens - que constituía a bandeira de liberais e socialistas - era um mito. O que não impediu que procurasse chamar a si as classes populares ensinando que, como todas as conquistas liberais da revolução de 1789, a liberdade do trabalho nada mais fizera que consagrar a liberdade do mais forte⁽¹⁾. O corporativismo seria a única forma de garantir a segurança ao trabalhador e impedir a guerra entre as classes sociais⁽²⁾. Acreditando que a sociedade era hierárquica, o movimento tinha muito de aristocrático e lutava por uma ordem temporal que

* Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁽¹⁾ Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire 1885-1914. Les Origines Françaises du Fascisme*, Fayard, 2000, p. 356.

⁽²⁾ *Idem, ibidem*, p. 379.

assegurasse o governo dos intelectuais, ou seja, o domínio dos príncipes do pensamento, da arte, da beleza⁽³⁾.

Nacionalista, desejando acima de tudo o levantamento da França, que considerava em decadência, em seu entender só a Monarquia tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada garantia o cumprimento desse sonho. O seu aceso nacionalismo necessitava do catolicismo. Embora afastado há muito de qualquer crença religiosa - Charles Maurras era um esteta agnóstico, cujo sistema moral e social assentava num naturalismo pagão - prezava na Igreja Católica a organização hierárquica, que via como indispensável à ordem social. Contudo, a sua admiração pela Igreja Romana, cujos direitos advogava e cuja causa articulava com a defesa da tradição francesa, ficava-se pela organização externa, não atingindo a sua essência, o sentimento cristão. Patenteava mesmo hostilidade para com a moral cristã⁽⁴⁾ - chegara a declarar que Cristo fora um "impostor anarquista"⁽⁵⁾ 6 - e manifestava profunda aversão pelo protestantismo[^]. Para ele, a grande virtude do catolicismo tradicional consistia em "ter submetido a concepção judaica e as revoltas evangélicas à disciplina inspirada no mundo helénico e romano"⁽⁷⁾. Situava-se, assim, muito longe do espiritualismo cristão. O seu catolicismo acabava por ser mais um instrumento ao serviço do princípio *politique d'abord*.

O antiliberalismo, a defesa da ordem e da autoridade, o anti-semitismo, o anti-maçonismo, a hostilidade aos protestantes e a defesa dos direitos da Igreja Católica, atraíram muitos católicos, que se sentiam agredidos por uma República laica, que se impusera a tarefa de descristianizar a França. Nas primeiras linhas das campanhas antimodernistas, que culminaram na publicação da encíclica *Pascendi*, bem como na condenação do *Sillon* de Marc Sangnier, estiveram amigos e admiradores de

(3) C. André, "Le Principat Intellectuel de Charles Maurras", in A.A.V.V., *Un Grand Débat Catholique et Français. Témoignages Sur l'Action Française*, Paris, Librairie Bloud & Gay, 1927 e M. Breton, "Les Conclusions d'une Expérience Personnelle", *ibidem*, p. 196 ss.

(4) J. Vialatoux, "Problème et Réflexions", *Un Grand Débat Catholique...*, *cit.*, p.8.

(5) J. Boulrier, S. J., "Carta sobre a 'Action Française' a um estudante", *Brotéria*, 1927, p. 211.

(6) Marcel Prélot, *As Doutrinas Políticas*, vol. III, Editorial Presença, Lda, 1974, p. 322.

(7) *Idem, ibidem*

Maurras⁽⁸⁾. Aliás, os membros da *Action Française* figuravam entre os mais zelosos partidários do papado. Grande parte dos professores das faculdades católicas simpatizava com esse movimento, que se tornara numa verdadeira escola político-social dos jovens. Muitos membros do episcopado francês - incluindo o arcebispo de Bordéus, que viria a desempenhar um relevante papel no processo da condenação - eram influenciados pelas doutrinas de Maurras⁽⁹⁾. O ascendente do mentor da *Action Française* estender-se-ia à Congregação do Consistório, de onde partia a designação dos novos prelados⁽¹⁰⁾.

A expressão *politique d'abord*, usada por Maurras e repetida pelos seus seguidores e pelos seus adversários, não significa que considerasse o campo político mais importante que outros (por exemplo, o económico). Pensava, sim, que era necessário alterar as instituições políticas para conseguir proceder às reformas que se impunham⁽¹¹⁾. Os seus escritos, ferozmente nacionalistas, alimentavam os espíritos no combate ao regime estabelecido, o que se traduzia no recurso frequente a uma linguagem violenta e, mesmo, à acção directa⁽¹²⁾.

Não deixa de ser surpreendente que esse homem que se propunha descristianizar o catolicismo, no desprezo pela ideia cristã da fraternidade - de onde resulta, apesar da diferença de funções, a ideia de igualdade, pelo menos na dignidade de todos os homens⁽¹³⁾ - fosse olhado como um defensor da Igreja e da Santa Sé e tivesse conseguido conquistar a adesão de um número considerável de católicos (nomeadamente entre a juventude estudantil), atraídos pela sua defesa da Monarquia

⁽⁸⁾ Eugen Weber, *L'Action Française*, Califórnia, Stanford University Press, 1962, p. 250.

⁽⁹⁾ *Idem, ibidem*, p. 53.

^m*Idem, ibidem*.

⁽¹¹⁾ Jean Touchard, *História das Ideias Políticas*, Publicações Europa-América, 1976, p. 124.

⁽¹²⁾ A violência teria sido, sobretudo, de natureza verbal. Raoul Girardet que, na sua juventude, passou pela *Action Française*, refere-se à "amplitude da distorção existente entre a extravagante violência do discurso utilizado e a não menos espantosa pusilanimidade das formas de acção propostas". Raoul Girardet, "A Sombra da Guerra", in AA. VV., *Ensaio de Ego-História*, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 159.

⁽¹³⁾ C. André, *ob. cit.*, p. 53.

e do conservadorismo, nostálgicos das grandezas passadas da França. Espanta a complacência e a simpatia de uma grande parte do clero que, fechando os olhos ao paganismo materialista de Maurras, aceitou cegamente o apoio temporal de um movimento que combatia a República e se apresentava como intentando restaurar a ordem e a autoridade, no reconhecimento da importância da Igreja Católica - cujos direitos prometia restaurar - na História da França e na ordem social. Os membros do clero simpatizantes da *Action Française*, acreditando servir-se da sua expansão como meio de assegurar a autoridade da Igreja sobre as consciências, estariam, segundo alguns, a subordinar a própria Igreja a *objecti vos* que nada tinham com a espiritualidade cristã⁽¹⁴⁾.

Todo esse oportunismo foi evitando a reprovação de ideias um tanto perigosas para a Igreja. Em 1914, ainda com Pio X, alguns dos escritos de Maurras estiveram à beira da condenação. Mas Pio X, não obstante o crescer das prevenções em alguns sectores eclesiásticos, parece ter mantido a simpatia pelo movimento francês e foi adiando a publicação do decreto condenatório⁽¹⁵⁾. O mesmo aconteceu no tempo de Bento XV. Contudo, o incômodo alargava-se. Era cada vez mais difícil aceitar o domínio de um ateu, com uma concepção tão "aberrante de um catolicismo não cristão"⁽¹⁶⁾, sobre os jovens católicos. Opinava-se que, com a divisa *politique d'abord*, os jovens captados para o movimento, que funcionava como uma verdadeira escola de patriotismo racista, colocavam a política em primeiro lugar, deixando para trás a religião e a acção social⁽¹⁷⁾, correndo o risco de cair numa religião idólatra da Pátria, baseada na força. Essa atitude parecia inconciliável com a doutrina cristã, que reivindicava o império da sua moral sobre todos os domínios da actividade humana, sem exceptuar a política⁽¹⁸⁾.

Nos anos 20 as críticas avolumaram-se. A *Action Française* era denunciada como uma escola que descristianizava os jovens. O sentimento de ódio, a violência verbal - manifestada contra grupos à direita ou à esquerda - a hostilidade à Sociedade das Nações, criada com o objectivo

⁽¹⁴⁾ *Idem, ibidem*, p. 84.

⁽¹⁵⁾ Eugen Weber, *ob. cit.*, p. 253 ss.

⁽¹⁶⁾ Marcel Prélôt, *ob. cit.*, p. 325.

⁽¹⁷⁾ Eugen Weber, *ob. cit.*, p. 261.

⁽¹⁸⁾ Georges Bidault, "La politique extérieure de l'Action Française en face de l'Histoire et de la doctrine chrétienne", *Un Grand Débat Catholique...*, *cit.*, p. 174.

de prevenir os conflitos internacionais, estavam longe do espírito de caridade e de paz desejáveis num cristão⁽¹⁹⁾. E, contudo, a sua influência crescia, estendendo-se à Bélgica, onde uma boa parte da juventude católica se declarava seguidora de Maurras⁽²⁰⁾.

A reprovação papal aconteceu numa conjuntura em que o movimento tradicionalista se recompunha da dissidência de Georges Valois que, ansioso por uma revolução e descontente com a inércia ordeira dos ex-companheiros - mais orientados para a palavra, oral ou escrita, do que para a acção -, abandonou a *Action Française*, arrastando cerca de dois mil membros, pouco depois de fundar o *Faisceau*, o primeiro movimento fascista francês, de cariz nacionalista, anticapitalista e antiparlamentarista⁽²¹⁾.

A condenação teve o seu primeiro acto na carta do cardeal Andrieu (ex-simpatizante do movimento de Maurras), aos jovens da diocese de Bordéus, a 27 de Agosto de 1926, em que verberava o ateísmo, o anticristianismo, o antimoralismo, as violências e injustiças ensinadas pelos dirigentes da *Action Française*. O prelado parece não ter sido inteiramente responsável pelo desencadear da tempestade. Ter-se-ia limitado a cumprir determinações recebidas do Vaticano⁽²²⁾. Uma carta enviada por Pio XI, com data de 5 de Setembro (que viria a ser muito citada) confirmou e aprovou a declaração. Os protestos dos dirigentes da *Action Française* e as declarações do Papa ou do cardeal Andrieu foram-se sucedendo, numa escalada de dureza e intransigência. A 15 de Dezembro os responsáveis pelo movimento afirmavam recusar ao Papa o direito de interferir no que consideravam ser matéria política. Foi a ruptura. O Vaticano, que desejava um gesto de submissão, mostrou-se inflexível. Na Alocução Consistorial de 20 de Dezembro foi interdito aos católicos seguir a escola daqueles que colocavam os interesses do partido antes da religião; era igualmente interdita a leitura das publicações do movimento. A 29 do mesmo mês e ano, era tornada pública a decisão papal de 1914 que fazia

⁽¹⁹⁾J. Boulier, *art. cit.*, pp. 216-218.

⁽²⁰⁾John Ianssens, S. J., "Direito Canónico -1. - Religião e Política. A Condenação da 'Action Française'", *Brotéria*, 1927, p. 277.

⁽²¹⁾Veja-se Zeev Sternhell, *Ni Droite ni Gauche. L'Idéologie Fasciste en France*, Fayard, 2000, pp. 216-247 e Eugen Weber, *oh. cit.*, pp. 240-249.

⁽²²⁾Eugen Weber, *oh. cit.*, pp. 262-263.

inscrever no índice os livros de Maurras. Ajuntava-se-lhe agora o jornal *Action Française*⁽²³⁾.

Repetidamente foi declarado que a sentença do Sumo Pontífice não incidia propriamente sobre as ideias políticas dos simpatizantes da *Action Française*. Na carta endereçada ao cardeal Andrieu distinguia-se a adesão a todo o ensino do doutrinador - de carácter político, filosófico e religioso - da adesão estritamente limitada a certas ideias políticas e à crítica a determinada forma de governo. Neste campo "l'Eglise laisse à chacun la juste liberté"⁽²⁴⁾.

A propósito da garantia de "juste liberté", colocar-se-iam outras questões: Até onde podia ir a justa liberdade? Como distinguir o que é estritamente político e o que toca à fé e à moral? J. Maritain, o filósofo convertido ao catolicismo, que tinha muitos amigos na *Action Française*, reconhecia que a distinção não era fácil de aplicar, pois o cristão deve ter as suas ideias políticas iluminadas pelos princípios da fé e da teologia⁽²⁵⁾. A política deve estar subordinada à moral - e o fim da moral é Deus⁽²⁶⁾.

As reacções em França

A sentença do Pontífice Romano provocou a consternação no mundo subordinado à Santa Sé. Os dirigentes católicos da *Action Française* tentavam defender-se, garantindo que acreditavam em tudo o que a Igreja ordenava. Mesmo reconhecendo que se encontravam unidos, no terreno político, a incrédulos, os seus aliados eram respeitadores da Igreja. Num remoque aos que faziam o *ralliement* à República, sustentavam a superioridade da sua posição relativamente à de outros católicos, que se ligavam a anticlericais ou, mesmo, a franco-maçons⁽²⁷⁾.

⁽²³⁾ *Idem, ibidem*, pp. 265-267.

⁽²⁴⁾ In Jacques Maritain, *Une Opinion sur Charles Maurras et le Devoir des Catholiques*, Paris, Librairie Plon, 1926, p. 17.

⁽²⁵⁾ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁽²⁶⁾ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁽²⁷⁾ *L'Action Française et le Vatican*. Préface de Charles Maurras et Léon Daudet, Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1927, p. 28.

A persistência na atitude de reprovação por parte das estruturas eclesiásticas foi provocando o alastrar de posições de revolta entre os crentes. Impugnavam as sentenças condenatorias, reputando que a sua adesão ao movimento, por ter apenas carácter político, não estava sob a alçada do Papa. Reconheciam a autoridade da Santa Sé em questões religiosas, mas não em matéria política⁽²⁸⁾.

Fora da órbita eclesiástica a atitude do Papa parecia sem sentido a muitos observadores. Alguns não deixaram de considerar que ela pecava por ser tardia. Censuravam ainda a forma como tudo tinha sido conduzido, ignorando-se os serviços prestados pela *Action Française* ao catolicismo⁽²⁹⁾. Aliás, como observa Eugen Weber, se era forçoso, para os responsáveis da Igreja Católica, condenar o paganismo de Maurras e salvar os jovens da influência das suas obras - as mais ofensivas para o cristianismo haviam sido publicadas muitos anos atrás - por que não fora tomada tal iniciativa muito mais cedo?⁽³⁰⁾

A correspondente em Paris do *Diário de Lisboa*, numa exposição sobre as ocorrências relacionadas com a questão, não entendia como é que Pio XI, ao mesmo tempo que condenava Maurras e Daudet, elogiava calorosamente Mussolini e o fascismo. Ora, segundo a mesma, existia um parentesco próximo, "quase de irmãos", entre as doutrinas do fascismo italiano e as do chefe da *Action Française*. Opinava até que os fascistas revelavam um mais elevado grau de violência, comprometendo, mais que os outros, os princípios universais do catolicismo. Referindo-se às reacções dos franceses, informava que grande parte da opinião pública católica pensava que o Vaticano tinha uma intenção mais política do que religiosa e traduzia a atitude do Papa a partir da sua simpatia pela Alemanha. O pretendido germanofilismo conjugar-se-ia com o discurso proferido pelo nuncio da Santa Sé em Paris, no dia do Ano Novo, de elogio à política de aproximação franco-alemã empreendida por Briand, ministro dos Negócios Estrangeiros. As direitas condenaram "essa espécie de consagração apostólica" de Briand, cuja política tinha na *Action Française* o maior opositor⁽³¹⁾.

⁽²⁸⁾John Ianssens, *art. cit.*, p. 379.

⁽²⁹⁾Eugen Weber, *ob. cit.*, p. 287.

^m*Idem, ibidem*, p. 263.

⁽³¹⁾*Diário de Lisboa*, 27/01/1927, p. 1. Eugen Weber refere-se a alguns dos motivos apontados, que justificariam a sentença papal, nomeadamente à política

A mesma correspondente aludiu ainda aos rumores que circulavam, relacionados com a pretensão papal no sentido de que se constituísse em França um grande partido católico, análogo ao que existia na Alemanha⁽³²⁾ (e poderíamos acrescentar - retirando embora o adjectivo "grande" -, análogo ao que existia em Portugal)⁽³³⁾. Na mesma linha, Aquilino Ribeiro, em Maio de 1927, num comentário para *O Século* focou ainda o tema da condenação, referindo-se ao tão falado plano papal de formação de um grande partido católico, que, segundo se esperava, viria a conquistar o poder. O novo partido não encontraria, ao surgir, hostilidade por parte da República, cujos governantes, maltratados pela *Action Française*, estavam gratos ao chefe da Igreja Católica pela posição tomada contra os seus inimigos mais implacáveis. Para além do mais, o plano do Vaticano permitiria um entendimento entre a França e a Alemanha (igualmente reconhecida pela destruição da falange chauvinista) e tornaria possível uma unificação deste país com a Áustria⁽³⁴⁾. A ser assim, é legítimo pensar que Pio XI alimentava a esperança de conseguir que a grande maioria dos católicos da *Action Française* se transferiria para o novo partido.

Estas intenções não agradariam aos católicos adeptos de Maurras, que afirmavam o direito à liberdade no campo político - não recusada, aliás, pelo menos expressamente, nos textos de condenação -, assegurando que as suas crenças não eram afectadas pelas ideias religiosas do chefe da escola francesa. Pensavam que só a política da *Action Française* reuniria as condições necessárias para assegurar o triunfo do catolicismo e os direitos de Deus. Para os militantes monárquicos, a *Action Française* representava a única esperança de restauração da Monarquia, pelo que

de aproximação franco-alemã. *Ob. cit.*, p. 285.

⁽³²⁾*Idem, ibidem.*

⁽³³⁾ Quando a questão da *Action Française* ocupava as atenções gerais, o Papa, trocando impressões com o bispo de Portalegre (D. Domingos Frutuoso), numa clara alusão ao Centro Católico Português, teria manifestado o seu contentamento pela união existente entre os bispos portugueses [ao contrário do que acontecia na França] e referiu-se a um texto surgido na revista francesa *Action Catholique* onde se declarava que os franceses deviam ter vergonha em relação a Portugal que, alguns anos atrás, encontrara um meio de todos os católicos se reunirem num terreno exclusivamente religioso. *Novidades*, 30/11/1926, p. 1. Este jornal há muito manifestava o desejo de que em França surgisse um movimento semelhante ao Centro Católico Português. *Ibidem*, 20/ 05/1924.

WQ Século, n° 16232,17/05/1927, p. 1, col. 1-2.

a decisão pontifícia equivalia à extinção do partido monárquico⁽³⁵⁾. Assim sendo, compreende-se que a resistência ao chefe da Igreja Católica tivesse ultrapassado todos os limites imagináveis, chegando a pôr-se em questão a confiança que se podia ter em tal Papa, que agredia os sentimentos e os interesses dos católicos franceses. A história ensinara que, no passado, maus papas haviam conseguido o domínio da Igreja. Estar-se-ia a viver um momento semelhante? A angústia era genuína entre os crentes, que sentiam o problema como um caso de consciência. Em França, algumas senhoras piedosas faziam novenas implorando a conversão de Pio XI⁽³⁶⁾.

A Action Française em Portugal

O ascendente de Maurras estendera-se a outros países católicos. Em Portugal, país de influência francesa, à esquerda e à direita, o terreno era extremamente propício ao bom acolhimento das suas doutrinas. A República era contestada em diversos sectores da sociedade. A desilusão relativamente a esta República dita democrática facilmente descambava em decepção relativamente à democracia. Para os desenganados, impunha-se encontrar novos caminhos que apontassem para a resolução da crise existente na sociedade portuguesa. A defesa dos valores tradicionais, o combate ao parlamentarismo (apodado de estéril), a valorização do papel da Igreja Católica, única instituição que parecia capaz de assegurar a ordem social, agradavam a um amplo sector da sociedade portuguesa, que se estendia desde os militantes do Integralismo Lusitano até aos monárquicos liberais, passando pelos defensores do Centro Católico, os quais, embora secundarizando a questão do regime perante os interesses da Igreja, comungavam das ideias do doutrinador francês no respeitante ao liberalismo, ao individualismo, ao mito do número no sufrágio eleitoral⁽³⁷⁾.

⁽³⁵⁾ John Ianssens, *art. cit.*, p. 380.

⁽³⁶⁾ M. Breton, *ob. cit.*, p. 180.

⁽³⁷⁾A 29 de Janeiro de 1927 o *Novidades* criticou o monárquico *Correio da Manhã* (que assegurava que o sufrágio universal dos dois sexos seria desfavorável aos anseios do *Novidades*) declarando que as questões de disciplina não se

É notório o entusiasmo que a *Action Française* despertou no padre Amadeu de Vasconcelos, conhecido pelo pseudónimo Mariotte usado nos seus escritos. Era um ex-republicano que, em Paris, se tomou de um verdadeiro fervor pela *Action Française* e contribuiu para a conversão de numerosos monárquicos às ideias de Maurras. Conquanto Mariotte tenha reivindicado um relevante papel na formação dos jovens fundadores do Integralismo Lusitano, assegurando ter-lhes dado a conhecer a obra do doutrinador francês, essa mediação foi por eles firmemente refutada⁽³⁸⁾. Mesmo no atinente à influência de Charles Maurras, que não negavam, os integralistas recusaram sempre a posição de meros imitadores e importadores de ideias francesas - posição a que Raúl Proença pretendeu reduzi-los⁽³⁹⁾. Hipólito Raposo, numa alusão à corrente de autores contra-revolucionários portugueses e, até, a outros que, situados num campo diverso, tomaram posição, no século XIX, de algum modo oposta aos caminhos seguidos pelos responsáveis políticos, declarou que não havia necessidade de importar "o que em nossa casa tínhamos"⁽⁴⁰⁾. Embora tendo em conta tais declarações, não deveremos esquecer que, como afirma um estudioso do movimento contra-revolucionário português, os mentores da *Action Française* "são sistemáticas referências teóricas" para os integralistas⁽⁴¹⁾.

reduziam "a um sufrágio ondeante e apaixonado de opiniões". *Novidades*, nº 9557, 29/01/1927, p. 1.

⁽³⁸⁾ José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires. As Origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004, p. 146.

⁽³⁹⁾ Raúl Proença procurou demonstrar que o livro de Maurras *Enquête sur la monarchie* era "a bíblia de todo o movimento integralista português". In Antonio Reis, *Raúl Proença - Biografia de um Intelectual Político Republicano*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003, p. 385

⁽⁴⁰⁾ Paulo Archer de Carvalho, *Nação e Nacionalismo. Mitemas do Integralismo Lusitano*, tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada), 1993, p. 100. Hipólito Raposo, numa conferência que teve lugar na Liga Naval, em 1925, declarou que, sem a *Action Française*, o Integralismo Lusitano teria nascido e vivido; com ela, pôde viver e alentar-se por uma poderosa razão de estímulo intelectual. Os seus seguidores divergiam, por exemplo, no modo de encarar a Renascença. Ao contrário de Maurras, viam nesse período um mal, de onde derivava a decadência das nacionalidades cristãs. Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos. L'Action Française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, pp. 102-103.

⁽⁴¹⁾ Paulo Archer de Carvalho, *ob. cit.*, p. 99.

Mas a simpatia por Maurras ultrapassou em Portugal as fronteiras da extrema direita antiparlamentar. Em finais de 1922, escrevendo da capital francesa para *A Época*, jornal católico e monárquico, dirigido por Fernando de Sousa (muito conhecido pelo pseudónimo Nemo), fiel ao ex-rei D. Manuel II - de quem a maioria dos integralistas se afastara depois do fracasso da Monarquia do Norte -, Mariotte exteriorizava uma larga confiança no expandir da *Action Française*. A propósito de uma manifestação onde vira 40 000 braços levantados "contra o estúpido século XX", assegurou ter assistido "à sentença de morte do parlamentarismo"⁽⁴²⁾.

O facto de Mariotte ter acesso aos leitores de *A Época*, jornal apoiante de um rei constitucional, revela o cruzar de ideias entre correntes ideológicas distintas. A crise de fé nas instituições parlamentares que, em alguns países, nomeadamente em França⁽⁴³⁾, vinha dos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial, conheceu um agravamento nos anos 20, atingindo mesmo o campo republicano. Como é conhecido, o grupo *Seara Nova*, formado por republicanos unidos em torno de um programa, que integrava o combate doutrinário em defesa da superioridade da democracia, não foi imune a esse clima e, em 1922, advogou a necessidade de um governo de excepção, liberto por algum tempo do controlo parlamentar⁽⁴⁴⁾.

A força de um movimento monárquico - parlamentar ou anti-parlamentar - na França republicana, que pretendia ser a guarda avançada contra todo o tradicionalismo, não podia deixar de entusiasmar os que, em Portugal, viviam ansiosos pela restauração do regime destruído em 5 de Outubro de 1910. Nemo não foi caso único entre os monárquicos liberais. O lugar-tenente de D. Manuel II, conselheiro Aires de Orneias, quando se encontrava em Paris, na segunda década do século, participou em comícios da *Action Française*. Consagrou mesmo

(42) 0 Comércio de Viseu, n° 3591, 28/12/1922, p. 2.

(43) Veja-se, por exemplo, Michel Winock, *Nationalisme, Antisémitisme et Fascisme en France*, Éditions du Soleil, 2004.

(44) Sobre essa "solução transitória", veja-se Fernando Catroga, "Dialogar com Antonio Sérgio", *Revista de História das Ideias*, n° 5, 1983, p. 17. Alguns autores têm situado esta posição dos seareiros entre o liberalismo e o fascismo. António Rafael Amaro, *A Seara Nova nos Anos Vinte e Trinta (1921-1939). Memória Cultura e Poder*, Viseu, UCP, Centro Regional das Beiras, Polo de Viseu, 1995, p. 108.

um opúsculo à obra de Charles Maurras -*As doutrinas políticas de Charles Maurras*^m - onde opinava que muito do que este concebia sobre a França tinha aplicação a Portugal, pois o mal que afligia um país era o mesmo que afligia o outro⁴⁵ (46). Pode questionar-se como é que o lugar-tenente de um rei constitucional resolvia a contradição entre a fidelidade a uma constituição e o antiparlamentarismo de Maurras. Para Ornelas, tal não era motivo para estranheza. Em sua opinião, a Monarquia francesa não equivalia à portuguesa. Em Portugal, a Carta Constitucional teria sido o continuar da tradição nacional rompida por Pombal ao organizar o despotismo⁽⁴⁷⁾.

A insistência no tradicionalismo compreende-se, se nos lembrarmos que, depois da vitória republicana, entre os monárquicas se levantavam vozes - nomeadamente na área do Integralismo Lusitano - atribuindo a decadência portuguesa ao liberalismo. A união de todos os críticos da República tornava-se imprescindível, levando à eliminação de barreiras, para que a Causa Monárquica fosse um campo aberto às diversas tendências. Assim sendo, não espanta a repetição das proclamações de que a Monarquia restaurada teria um carácter tradicionalista⁽⁴⁸⁾. Nos anos 20, Aires de Orneias apoiou o *Correio da Manhã*, que ia acompanhando e elogiando o movimento da *Action Française* e a popularidade de que

(45) Ayres de Omellas, *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa, Livraria Portugal-Editora, 1914.

(46) *Idem, ibidem*, "Prefácio".

(47) *Idem, ibidem*, p. 69.

(48) Por exemplo, em *A Época*, n° 1962, 4/01 /1925, p. 1. O jornalista e político monárquico (militou no Partido Progressista) António Cabral, num livro publicado em 1949 defendeu que a Monarquia a restaurar não podia ser o que era em 1910. Teria de ser católica e tradicionalista. O rei devia ter o poder supremo e não ser uma figura simplesmente decorativa. António Cabral, *As Minhas Memórias de Jornalista*, Lisboa, Edições Gama, 1949, pp. 190-191. No mesmo sentido ia Luís de Magalhães, que fora membro da Junta Governativa na Monarquia do Norte. Pretendendo defender-se de acusações vindas das "camadas ultraconservadoras da nossa mocidade" que o consideravam "um dos seus mais intratáveis inimigos" porque imbuído do "mais puro doutrinário liberal" e, ao mesmo tempo, explicar por que razão a Monarquia do Norte restaurara a Carta Constitucional, afirma que o seu liberalismo nunca fora incompatível com o tradicionalismo, o nacionalismo, o regionalismo, o hierarquismo, o espírito orgânico na constituição da sociedade. *Perante o Tribunal da Nação. A Monarquia do Norte e o Julgamento da Junta Governativa do Reino*, Coimbra Editora, Lda., 1925, pp. 163-164.

gozava. As opiniões reaccionárias de Maurras não constituíam um estorvo. Acima de todas as divergências, Maurras era o "grande chefe da Causa Realista", cujo "carácter íntegro" se manifestava na rudeza com que atacava os adversários e no desassombro das suas atitudes⁽⁴⁹⁾. Mesmo a questão com a Santa Sé não diminuirá o interesse dos monárquicos do *Correio da Manhã* pelos dirigentes da *Action Française*. Contudo, o jornal era demasiado liberal para os gostos de Mariotte, que se tornou opositor de Orneias, acusando-o, no seu jeito truculento, de proteger um "antro infecto de liberalismo" que apunhalava a ideia nacionalista, "achincalhando Mussolini com esgares de selvagem do sertão"⁽⁵⁰⁾. O padre incompatibilizou-se igualmente com o director do jornal *A Época* - onde teriam surgido ataques, que lhe desagradaram, aos métodos de acção directa de Maurras. Passou então a colaborar com o grande adversário de Fernando de Sousa, o jornal *Novidades*⁽⁵¹⁾.

Sabendo como Charles Maurras conseguiu captar tantos milhares de jovens estudantes católicos, é natural que surja a curiosidade sobre o que se passava com o Centro Académico da Democracia Cristã, de Coimbra, com frequência encarado como estando plenamente integrado no projecto do Centro Católico Português. Através da sua revista, *Estudos*, podemos constatar que os jovens do C.A.D.C. de Coimbra não ficaram imunes ao fascínio que Maurras exercia sobre a juventude. Alguns textos do professor da Universidade e futuro Cardeal Patriarca, Gonçalves Cerejeira, que, nas suas costumadas "Cartas aos Novos", inseridas na revista, se referiu ao assunto momentoso, parecem elucidativos. Logo no número de Novembro de 1926 a questão é o grande tema:

"Quereis saber o que penso a respeito da recente condenação da Action Française - que tanto tem perturbado a vossa consciência, pondo em conflito dois dos vossos amores: o Papa e... Maurras!

Que penso? Dir-vos-ei com o coração nas mãos - gotejasse ele muito embora gotas de sangue de dor - como em certa ocasião memorável Brunetiere aos que o ouviam: ide perguntá-lo a Roma!

<49> *Correio da Manhã*, Ano VI, n° 2009, 22/12/1926.

⁽⁵⁰⁾ Mariotte, *Os Meus Cadernos* (Nova série), n° 2, 25/10/1923, p. 48.
Aident, ibidem, n° 2, 25/10/1923, pp. 47-54.

Falou o Papa, traçando com firmeza a estrada real por onde a juventude deve seguir corajosamente - se quer seguir a Cristo. Com mão paternal mas enérgica, fechou definitivamente os atalhos por onde quase todos vós queríeis meter, levados - ingênuas crianças! - atrás do encanto da harmoniosa e clara palavra dum hábil mestre pagão, esquecidos desta elementar verdade de fé: que a Deus e ao seu reino se não pode chegar senão seguindo a Cristo". [...]

E desde que o Vigário de Cristo falou [...] é como se falasse o próprio Cristo, nosso Senhor - porque vós bem sabeis que quem obedece a ele é a Cristo que obedece, e quem o despreza é a Cristo que despreza. [...]

Homens de pouca fé! Como pudestes deixar abater-vos pela tristeza, só porque a autoridade apostólica condenou a obra de Maurras, erguido pela vossa tibieza de espírito sobrenatural à altura dum 'defensor da fé'? [...] acaso pode servir-vos de guia, a vós discípulos de Cristo, o homem de clara e seca lógica que O desconhece?"⁽⁵²⁾.

Continuando, o mentor dos jovens procurou mostrar que a escola de Maurras, embora combatendo o laicismo oficial, era uma "escola laicizadora" e exercia uma influência nefasta nos seus seguidores, afastando-os de Cristo⁽⁵³⁾.

Apesar da consciência dos males engendrados pela *Action Française* entre os jovens católicos, parece que Gonçalves Cerejeira não chegava ao ponto de inferir que as suas doutrinas eram maléficas em absoluto. Na mesma ocasião admitiu: "A escola de Maurras terá produzido um grande bem (como creio) nos meios não católicos, mas na Igreja de Deus - é a experiência que o prova - ela tende a afastar os fiéis intimamente de Cristo"⁽⁵⁴⁾.

A que *bem* se referiria Gonçalves Cerejeira? Possivelmente ao combate à democracia, encorajado por Maurras. Isto porque, alguns meses depois, concordou com "a importância e a benemerência da campanha antidemocrática" em que muitos se empenhavam, com "a límpida

⁽⁵²⁾Dr. M. Gonçalves Cerejeira, "Cartas aos Novos. IX - A Questão da Action Française", *Estudos*, nº 55, Nov. 1926, pp. 463-465.

⁽⁵³⁾*Idem, ibidem*, p. 469.

⁽⁵⁴⁾*Idem, ibidem*, p. 469.

generosidade das almas moças", assim como "o sentido nacional dessa campanha"⁽⁵⁵⁾

O *Novidades* e A *Época*

Em Portugal, entre a imprensa católica, o *Novidades* foi quem mais activamente apoiou a causa da condenação da *Action Française* e a aplicou à situação portuguesa. O jornal era o órgão do Episcopado e o grande sustentáculo, na imprensa, do Centro Católico Português. Como é conhecido, este Centro nascera do propósito dos bispos portugueses que, em sintonia com as orientações da Santa Sé, preconizavam a união dos católicos, acima dos interesses partidários, mormente no respeitante à questão do regime político. Essa união far-se-ia sentir no combate que se afigurava primacial, pelo reconhecimento dos direitos da Igreja Católica numa sociedade governada por gente que tinha a pretensão de laicizar por completo as instituições. Se, nos seus primórdios, o Centro Católico admitia militantes pertencentes a diversas correntes partidárias, unidos pela fé que os conduzia a reunir esforços quando se tratava de defender o essencial - o catolicismo -, com o andar do tempo as exigências de organização foram conduzindo à imposição aos membros do Centro do sacrifício das suas actividades políticas em prol da luta pelas liberdades da Igreja⁽⁵⁶⁾. Sendo católica a

⁽⁵⁵⁾*Idem*, "Cartas aos Novos. XIII - A Nova Guerra da Reconquista", *Estudos*, nº 66, Out. 1927, p. 268.

⁽⁵⁶⁾É conhecida a influência que teve Oliveira Salazar na viragem de orientação. O conhecido militante do Centro, no II Congresso do Centro Católico, a 29 e 30 de Abril de 1922, defendeu que os católicos sacrificassem, não propriamente as suas opiniões políticas, mas a acção partidária, unindo-se para a conquista das liberdades e dos direitos da Igreja. Os católicos deviam aceitar os cargos políticos para que fossem eleitos, o que implicava a colaboração com o regime republicano, na procura do bem da Religião e da Pátria. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1980, pp. 288-289. O discurso de Salazar no II Congresso do Centro tornar-se-ia a *magna carta* dos partidários do Centro. Franco Nogueira, *Salazar - A Mocidade e os Princípios (1889-1928)*, Livraria Civilização Editora, 2000, p. 248. Em 1932, no discurso pronunciado no acto de posse dos corpos directivos da União Nacional, em que preconizava a transformação do Centro Católico em organismo dedicado à

grande maioria dos portugueses, alimentava-se a esperança de construir um partido forte, integrando uma grande massa de católicos que, disciplinadamente e obedientemente, votariam nos candidatos indicados pelos seus dirigentes. Dispondo de um grande número de representantes no Parlamento, estariam em situação de impor as reformas desejadas. Os párocos, como guias dos povos, teriam um papel importante no concretizar dessa aspiração⁽⁵⁷⁾. No fim de contas, era o ressuscitar do sonho que, na primeira década do século XX, conduziu ao surgimento do Partido Nacionalista⁽⁵⁸⁾.

Mas, como acontecera então, as expectativas não se concretizaram. O não acatamento das orientações dos bispos conduziu a discórdias no seio dos católicos, ainda mais violentas do que as ocorridas no início do século, que atingiram especial intensidade no conflito entre *O Mensageiro do Coração de Jesus* e *a Voz de Santo António*. Agora, num campo encontravam-se os partidários do Centro, dispostos a cooperar no quadro institucional republicano, procurando convencer os crentes de que o amor à Igreja de Cristo obrigava à renúncia da actividade partidária; no outro agrupavam-se os militantes monárquicos que se mantinham fiéis a D. Manuel II, intransigentes na rejeição do regime nascido em 1910 - acusado de perseguição à Igreja Católica -, e sustentando que

acção social e não à política, Salazar confessaria: "Eu tenho pessoalmente alguma responsabilidade na forma actual de organização dos católicos portugueses". In Jorge Ramos do Ó, *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 205-206.

⁽⁵⁷⁾Em 1925, quando se aproximavam as eleições legislativas, a direcção de um jornal da Covilhã dizia confiar que, em todas as freguesias, o ensino e a propaganda, por intermédio desses "seres ignorados, mas valiosos agentes: os párocos", tivessem preparado os eleitores. Disposto esse exército "da boa causa" em ordem ao combate, por freguesias, com o seu pároco a comandar, por arciprestados, sob a direcção do vigário, por dioceses, sob a direcção dos bispos, aos eleitores só restava obedecer. "Indicado lá de cima o candidato seja ele quem for, só temos uma obrigação: votá-lo e fazê-lo votar por todos os agrupados no Centro Católico". *Notícias da Covilhã*, n° 305, 26/07/1925, p. 1.

⁽⁵⁸⁾Depois da morte de Jacinto Cândido, líder do Partido Nacionalista, o *Novidades* elogiou a sua acção no lançamento das raízes dos princípios da política cristã que orientava o Centro Católico Português. Alguns dias depois, procurou mostrar como a aspiração de Jacinto Cândido continuava a ter cabimento, pois o partidarismo e o personalismo persistiam na vida política. *Novidades*, n° 9231, 28/02/1926, p. 1 e n°9241,10/03/1926, p. 1.

só a restauração da Monarquia garantia a restituição das liberdades católicas. Perante a pretensão dos apoiantes do Centro, de que ser católico implicava o dever de obediência aos bispos e ao Papa, os monárquicos insistiam no direito à liberdade política⁽⁵⁹⁾.

Nesta guerra, os integralistas - ou a facção que, depois do fracasso das tentativas de restauração monárquica de 1919, retirara o apoio ao ex-rei, que recusou abdicar do seu constitucionalismo - mantiveram-se um tanto de fora, não sendo hostilizados pelos centristas que, aliás, se posicionavam em sintonia com eles em muitos domínios. Em Maio de 1922, por discordar do Pacto de Paris - de entendimento entre os seguidores de D. Manuel II e os de D. Duarte -, a Junta Central do Integralismo Lusitano anunciara a suspensão da actividade política⁽⁶⁰⁾, o que não podia deixar de agradar à direcção do Centro Católico⁽⁶¹⁾.

⁽⁵⁹⁾ Visconde de Banho [Dr. Júlio de Faria Morais Sarmento, membro do Governo Provisório da Junta Governativa do Porto, em 1919], director do *Comércio de Viseu*, chamou ao aparente espírito de conciliação do Centro "prudente adaptação aos tempos" (*Comércio de Viseu*, n.º 3585, 7/12/1922, p. 1). No mesmo jornal, opinou que a obediência às orientações pontifícias conduziria ao desaparecimento da política monárquica e à consolidação definitiva do regime republicano, não por excelência e superioridade dos princípios deste, mas pelo auxílio prestado pela Igreja. "Não pode e não deve pois a Igreja lançar num dos pratos da balança [...] o forte e decisivo contrapeso da sua autoridade, porque isso seria subordinar-se a facções partidárias". *Ibidem*, 3/12/1922, p. 1.

⁽⁶⁰⁾ A nota oficiosa em que se anuncia essa decisão vem transcrita em Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1943, pp. 193-194. Os integralistas fiéis a António Sardinha, apesar de monárquicos, não consideravam que a tarefa essencial fosse a restauração da Monarquia. Impunha-se, como prioritário, a reforma das mentalidades. "A queda da República deve ser precedida pelo advento da Monarquia nos espíritos, na vida social e na acção nacional" - assim se declarava num dos artigos da fórmula de adesão ao Integralismo Lusitano, publicada no jornal *A Monarquia* em 5/04/1923. Leão Ramos Ascensão, *ob. cit.*, p. 93.

⁽⁶¹⁾ As figuras de proa do Integralismo Lusitano foram sempre encaradas com simpatia pela imprensa centrista. Poucos dias após a morte de A. Sardinha, o *Novidades* referiu que o doutrinador falecido declarara que os dois movimentos (Centro Católico e I. L.) marchavam (na mesma direcção) por linhas convergentes. *Novidades*, 15/01/1925, p. 1.0 afecto estendia-se a outros integralistas. Hipólito Raposo era o "querido amigo Hipólito Raposo". *Ibidem*, 13/04/1925, p. 1, col. 3.

Os conflitos entre os centristas e os monárquicos constitucionais agudizavam-se em período de eleições e estendiam-se a todo o país. O Centro acusava os monárquicos de usarem a religião para terem adeptos, convencendo os portugueses de que ser católico implicava obrigatoriamente ser monárquico. Os seus adversários exprobravam aos militantes do Centro uma pretendida adesivagem à República maçónica⁽⁶²⁾ e a confusão entre religião e política, ao pretenderem convencer os crentes que o Papa ordenava o apoio à República.

Os dois campos em luta eram representados na imprensa diária por dois jornais: o *Novidades*, órgão do Episcopado português, defensor do Centro Católico, e *A Época*, dirigida por Fernando de Sousa, o católico militante que sofrera a prisão e o exílio pela sua devoção à causa católica, agraciado pelo Papa devido aos valiosos serviços prestados à Igreja e que, durante décadas, fora apontado como modelo aos fiéis. O facto de ter sido considerado um católico exemplar - integrou mesmo a primeira direcção do Centro Católico -, dirigindo jornais católicos e tendo, por todo o país, milhares de simpatizantes, mesmo entre o clero⁽⁶³⁾, deu à contenda uma especial veemência. Os dirigentes do Centro Católico haviam diligenciado que *A Época* ficasse ao serviço do projecto do Episcopado. Intentaram mesmo adquirir o jornal⁽⁶⁴⁾ - e todo o seu capital de assinantes. Perante a recusa de José Fernando de Sousa, foi necessário

⁽⁶²⁾Não eram somente os monárquicos que faziam tal acusação. No *Distrito da Guarda*, órgão local do Partido Republicano Nacionalista, assegurava-se, em Junho de 1925, que o Centro Católico, até à data, pela atitude dos seus representantes no Parlamento, só tivera o papel de capacho da grei democrática dos silvas e dos Vitorinos. *Distrito da Guarda*, n.º 2396, 7/06/1925, p. 1.

⁽⁶³⁾Segundo escrevia Mariotte em 1925, um prelado, em jeito de queixa, referira a Fernando de Sousa que *A Época* separava o clero dos seus bispos. Mariotte, *Os Meus Cadernos* (nova série), n.º 10,15/01/1925, p. 309

⁽⁶⁴⁾ O núncio apostólico, Mgr. Locatelli, que teve grande influência na via encetada pelo Centro Católico, em carta confidencial dirigida à Santa Sé (Abril de 1922) pediu mesmo a interferência do Papa, no sentido de convencer Fernando de Sousa, que se deslocaria a Roma pouco depois, a colocar o seu jornal no caminho traçado pelos bispos. Arquivo Secreto do Vaticano (ASV), A. E. S., Nunziatura apostólica de Portogallo, Pos. 311, fase. 9, fis. 4-5v..

procurar um outro diário. Assim nasceu - ou renasceu⁽⁶⁵⁾ - o *Novidades* que viria a ser o grande adversário de *A Época*.

O exemplo de Nemo era uma barreira aos propósitos dos promotores do Centro que, como já foi dito, ambicionavam controlar os votos dos católicos. *A Época* conquistara um vasto e fiel auditório onde o *Novidades* tinha dificuldade em penetrar, não obstante o auxílio de alguns bispos que usavam do seu ascendente para instigar os diocesanos a abandonar a leitura daquele jornal, apontado como perigoso, dirigido por um rebelde que recusava submeter-se à hierarquia eclesiástica. O *Novidades* advertia com as palavras de Leão XIII: "Não combatem por Deus e pela sua Igreja os que combatem fora dos seus quadros e contra os Bispos"⁽⁶⁶⁾.

Na estratégia conciliatória do Centro Católico Português relativamente aos governos republicanos, eram mais atacados os monárquicos que os detentores do poder. Todos os males que atingiam os católicos portugueses teriam tido origem na Monarquia Constitucional, devido à política de intervenção na vida da Igreja. Segundo o *Novidades*, cesaropapismo, regalismo e jacobinismo eram faces do mesmo espírito anticatólico que podia predominar sob qualquer forma política⁽⁶⁷⁾. Para o jornal do Episcopado, os monárquicos, presos às tradições regalistas da Monarquia, não toleravam o regime republicano, "de independência" e, fingindo-se impressionados com os agravos à Igreja, andavam despeitados por ver que lhes escapava um instrumento de influência e propaganda eleitoral⁽⁶⁸⁾.

Nesta escalada de acusações, num periódico muito ligado ao Centro Católico afirmava-se claramente que os adversários do Centro não eram os republicanos, mesmo os dos grupos chamados avançados; eram os monárquicos liberais, salientando-se, no ardor do ataque, aqueles

⁽⁶⁵⁾ O *Novidades*, que vinha já da Monarquia, sendo órgão do Partido Regenerador, foi adquirido pela Igreja Católica, tornando-se órgão do Episcopado. Nesta nova fase iniciou a sua publicação em 15 de Dezembro de 1923.

⁽⁶⁶⁾ *Novidades*, n° 8738, 7/10/1924, p. 1.

⁽⁶⁷⁾ *Ibidem*, 20/02/1926, p. 1. A Monarquia Constitucional era encarada como a origem de todo o mal. Apenas como exemplo, aponta-se a referência aos "malefícios resultantes de um século de regime liberal", em *ibidem*, n° 9662, 21 / 05/1927, p. 1. Eram convidados a ingressar no Centro "todos os portugueses de boa fé que desejem salvar a nação do abismo em que o liberalismo a lançou". *Ibidem*, 22/05/1927, p. 1.

^m *Ibidem*, 29/09/1925, p. 1, col. 2-3.

que mais se gabavam de ser católicos⁽⁶⁹⁾. O mesmo jornal não se coibia de definir o Centro Católico como "a arregimentação do eleitorado católico para fins políticos". E perguntava: "O que é mais urgente? Deus ou o Senhor D. Manuel?"⁽⁷⁰⁾.

Por todo o país se censurava o procedimento dos "maus católicos ou antes dos que querem passar por católicos, mas que afinal só fomentam a discordia e a indisciplina por não obedecerem a quem de direito"⁽⁷¹⁾.

Como a grande maioria dos católicos, incluindo numerosos padres, não parecia escutar tais advertências, os dirigentes monárquicos eram apontados como os grandes responsáveis dessa atitude de indisciplina, pois que, através da sua imprensa, faziam campanha contrária ao que era encarado como interesse da Igreja. Se, no passado, Fernando de Sousa fora comparado a Veuillot, o militante francês do ultramontanismo no século XIX, depois da sua atitude insubmissa era apontado como o Lamennais português⁽⁷²⁾ ou, mesmo, "uma espécie de Marc Sangnier português"⁽⁷³⁾ (o que parecia contraditório relativamente à acusação de ser um admirador de Maurras - o adversário do dirigente do *Sillon*).

A guerra entre *A Época* e o *Novidades* agravou-se depois de 1924. Neste ano, o director daquele diário acedeu a fazer parte do Conselho Superior da Causa Monárquica - nas eleições de 1925 seria eleito senador, por Lisboa -, o que irritou os adversários do liberalismo⁽⁷⁴⁾ e revelou o fosso que separava Nemo do Centro Católico, onde ainda se mantinha,

^m *Noticias da Covilhã*, n° 293, 19/04/1925, p. 1.

TM *Ibidem*, n° 318, 25/10/1925, p. 1.

⁽⁷¹⁾ Assim falou o P. Dr. Moisés Alves de Pinho, numa conferência na sede da Associação Patriótica Nuno Álvares Pereira, em Viana do Castelo. *Novidades*, n° 9009, 15/07/1925, p. 1.

⁽⁷²⁾ Mariotte, *ob. cit.*, n° 10, 15/01/1925, pp. 296-297.

⁽⁷³⁾ *Idem, ibidem*, n° 12, 15/02/1925, p. 46. Em diversas ocasiões Fernando de Sousa é acusado de heresia modernista. *Idem, ibidem*, n° 11, 1/02/1925, p. 1; n° 13, 1/03/1925, p. 72. Escrevendo para o *Novidades*, Bento Coelho da Rocha, sob o título "os novos protestantes", opinava que os ataques ao Centro se deviam ao individualismo, filiado directamente no *non serviam* de Satanás. *Novidades*, n° 9048, 23/08/1925, p. 1.

⁽⁷⁴⁾ Mariotte, referindo-se ao facto de Fernando de Sousa ter recusado trabalhar ao lado de Lino Neto, optando por aceitar ser vogal do Conselho da Causa Monárquica, afirmou que ele se bandeava com os mais ferozes inimigos do Centro. Os *Meus Cadernos, cit.*, pp. 300-302.

na crença de que nesta instituição tinham lugar todos os católicos, independentemente da sua acção partidária. Mas tal estado de coisas não iria prolongar-se. O Episcopado, em carta colectiva, com data de 14 de Fevereiro de 1925, aprovou a orientação do *Novidades* e reprovou a tendência discordante, declarando, nomeadamente, que a posição de *A Época* contrariava as instruções das autoridades eclesiásticas, pelo que o mesmo jornal não podia ser considerado como orientador da acção social e política dos católicos⁽⁷⁵⁾. Frente ao evoluir da situação, Fernando de Sousa reconheceu que a orientação do seu jornal era incompatível com o pensar dos bispos e, recusando inflectir o seu percurso, optou por abandonar o Centro Católico⁽⁷⁶⁾.

A partir deste momento, os ataques a Nemo endureceram. Pouco depois da publicação da mensagem colectiva dos prelados, o bispo do Porto, D. António Barbosa Leão, em carta pastoral, recomendou que o malvisto jornal não entrasse nas instituições eclesiásticas. E deixou a advertência: "Trema esse jornalista [...] perante as consequências do escândalo que dá. Se estas considerações o não detêm, detenha-o ao menos a lembrança das contas que há-de dar a Deus"⁽⁷⁷⁾.

O caso da *Action Française* seria mais um episódio em toda esta questão que se arrastava. É natural que, entre os monárquicos, a condenação papal do movimento francês tenha produzido sentido desânimo, pois o movimento de Maurras contra a República Francesa era animador para os monárquicos portugueses. *A Época* foi dando conta do desenrolar dos acontecimentos e, embora evidenciando respeito pela vontade do Papa, não deixava de informar os seus leitores sobre tomadas de posição de alguns bispos franceses - entre os quais avultavam o cardeal de Rennes e o bispo de Montauban -, que faziam dos diplomas papais uma leitura mais aceitável aos olhos dos simpatizantes da *Action Française*.

⁽⁷⁵⁾ *Novidades*, 18/02/1925, p. 1.

⁽⁷⁶⁾ De 1922 a 1925 o director de *A Época* enviou cartas para a Santa Sé, com a sua leitura dos acontecimentos. J. Fernando de Souza, *Cinq Memoranda au Saint-Siège sur la Situation Religieuse au Portugal*, Lisboa, 1929. Mas ao Vaticano chegavam versões diferentes sobre os acontecimentos. ASV, A.E.S., Nunciatura apostólica de Portogallo, Pos. 311, fase. 12, fis. 13-14 v. e fis. 57-58.

⁽⁷⁷⁾ *Novidades*, 23/03/1925, p. 1 e 24/03/1925, p. 1.

Por seu lado, o *Novidades* intentava colocar em paralelo o "movimento de indisciplina" contra a autoridade do Papa por parte de muitos católicos da *Action Française*, ao defenderem que o chefe da Igreja não tinha o direito de interferir em questões meramente políticas, com a atitude dos monárquicos portugueses que recusavam submeter-se às orientações das autoridades eclesiásticas no tocante ao reforço do Centro Católico. Acentuava que contrapor a Pátria a Roma, e "um certo patriotismo de horizontes acanhados e naturalistas à autoridade da Igreja" fora sempre o espírito do "velho galicanismo e do regalismo e liberalismo de todas as nuances"⁽⁷⁸⁾.

Parece claro que o defensor do Centro Católico encarou toda esta questão em torno do movimento de Charles Maurras como a grande oportunidade para apertar o cerco a Fernando de Sousa, acusando-o de prosseguir na atitude de desobediência e contestação às orientações do Episcopado e de traição ao pensamento da Igreja. O *Novidades* invectivou o director de *A Época* por enganar os leitores, dando a conhecer textos que lhe convinha divulgar, mas não publicando depois as notas oficiais que os desautorizavam⁽⁷⁹⁾.

Como já foi dito, não existia uma considerável divergência entre as ideias políticas do Centro Católico e as da *Action Française*. No passado próximo, quando parecia vantajoso, o jornal do Episcopado não se importava de revelar alguma sintonia com o movimento francês. No seu número de 19 de Maio de 1924 asseverou que os monárquicos da *Action Française* punham em prática todas as normas e princípios indicados pelo Centro Católico Português para a defesa da Igreja e da sociedade. Isto porque, na recente luta eleitoral em França, haviam-se aliado com elementos republicanos "honestos" [como fazia o Centro Católico]. Tendo em vista o interesse superior da França, transigiam com a República, desde que esta procedesse ao saneamento do poder. O articulista do *Novidades* citou Maurras, que teria afirmado: para evitar o mau é preciso apoiar o medíocre. Apesar da simpatia evidenciada, não deixou de apontar as diferenças entre a *Action Française* e o Centro Católico: aquela colocava acima de tudo a Pátria, o Centro colocava antes de tudo a

TM *Novidades*, n° 9519, 20/12/1926, p. 1.

⁽⁷⁹⁾ *Novidades*, n° 9531, 3/01/1927, p. 1. Sobre a guerra entre os dois jornais católicos, veja-se Arnaldo Madureira, *A Igreja Católica na Origem do Estado Novo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 77-91

Igreja. Mesmo com essas restrições, Charles Maurras pertencia à galeria de autores bem acolhidos pelos centristas. Oliveira Salazar, escutado sempre com grande respeito, lia atentamente os textos do dirigente da *Action Française*. Mais tarde, quando o doutrinador francês esteve preso, mantinham correspondência⁽⁸⁰⁾.

Nas invectivas a Fernando de Sousa, o *Novidades* não podia acusá-lo de ser seguidor de Maurras no ateísmo ou no neo-paganismo. A increpação inserida no jornal era clara: o mal de *A Época* não estava em "semear heresias" ou ofender a moral; o seu erro consistia em ter-se tornado "bandeira de indisciplina e rebelião contra a autoridade da Santa Sé e dos Prelados"⁽⁸¹⁾. Sendo assim, havia um paralelismo entre a controvérsia da *Action Française*, cujos militantes se recusavam a acatar as ordens do Papa, e a discórdia existente em Portugal no atinente ao Centro Católico.

Em finais de Dezembro de 1926, o *Novidades* encetou uma acesa campanha de acusações (com o título "Obra de Traição"), que se prolongou por todo o mês de Janeiro de 1927. Às increpações antigas juntavam-se outras, de acordo com os novos incidentes. Assim, *A Época* tornara-se o "discreto arauto" de todos "os velhos fermentos de desconfiança e rebeldia regalista" contra a autoridade da Igreja⁽⁸²⁾. Desde a primeira hora Fernando de Sousa teria tomado o partido da *Action Française* e publicara, com a maior solícitude, documentos de prelados franceses que, de algum modo, iam ao encontro dos argumentos que ele próprio opusera aos bispos portugueses⁽⁸³⁾. Porém, não divulgara as notas oficiais que desautorizavam tais escritos. No caso da carta do cardeal Charost, de Rennes (um apoiante de Maurras) continuava a chamar-lhe "notável carta", contrapondo, assim, o seu juízo ao de Roma⁽⁸⁴⁾.

Reagindo às exprobações, Fernando de Sousa procurou mostrar que estava ao lado do Papa e nada tinha com o conflito. Mas o *Novidades* não aceitou esta pretensão de distanciamento, entendendo que, naquela circunstância, um católico não podia ser mero espectador⁽⁸⁵⁾. Continuando

⁽⁸⁰⁾Eugen Weber, *ob. cit.*, pp. 532-533.

^m *Novidades*, n° 9534, 6/01/1927, p. 1.

^m *Ibidem*, n° 9534, 6/01/1927, p. 1

^m *Ibidem*, n° 9534, 6/01/1927, p. 1.

⁽⁸⁴⁾*Ibidem*, n° 9532, 4/01/1927, p. 1.

⁽⁸⁵⁾*Ibidem*, n° 9534, 6/01/1927, p. 1.

nas denúncias, informava-se que *A Época* dera a conhecer documentos "de rebelião" da *Action Française* sem uma palavra de censura e, do mesmo modo, inserira o texto condenatório sem uma palavra de adesão. Aliás, segundo os mesmos acusadores, o jornal de Nemo desvalorizava a condenação papal, declarando que a Alocução Consistorial de 20 de Dezembro de 1926 proclamara o que é doutrina corrente na Igreja: "não é lícito aos católicos aderir a programa ou escolas que antepõem interesses de partidos aos da religião; não se devem expor os espíritos, muito especialmente os juvenis, a direcções perigosas para a integridade da fé e dos costumes. A estes preceitos junta-se a reprovação genérica de jornais publicados por homens cujos escritos se opõem à doutrina pontifical sobre fé e moral...".

O *Novidades* considerou que com estas "coisas correntes", se desviava "habilmente o golpe". Por outro lado, se o Papa concedera "justa liberdade" em matéria política, *A Época* afirmara de imediato que o Papa dava "plena liberdade"⁽⁸⁶⁾.

O jornal do Episcopado tudo fazia no sentido de que se concluísse que a *Action Française* e *A Época* estavam unidas e, por consequência, a reprovação papal à primeira atingia igualmente a segunda: "Unidos [os jornais] tinham andado na batalha contra Roma, unidos ficavam agora na reprovação". Sendo assim, não era permitido aos católicos "sustentá-los, favorecê-los nem lê-los"⁽⁸⁷⁾.

A guerra entre os dois diários atingiu o seu clímax com a publicação no *Novidades* de uma carta assinada pelo Vigário Geral do Patriarcado - antecedida por uma outra, enviada a Fernando de Sousa, reconhecendo os serviços e sacrifícios do militante católico a favor da Igreja⁽⁸⁸⁾. Afirmando ter a aprovação do Cardeal Patriarca - o octogenário D. António Mendes Belo, muito respeitado pelo sector monárquico⁽⁸⁹⁾ e por quem o velho

in Ibidem, n° 9536, 8/01/1927, p. 1

TM *Ibidem*, n° 9536, 8/01/1927, p. 1.

⁽⁸⁸⁾Na carta, que antecedeu a da condenação, reconhecia-se que os sacrifícios passados (nomeadamente perseguições sofridas) por Fernando de Sousa o haviam investido de "uma quase magistratura moral entre os católicos portugueses", o que lhe acarretava responsabilidades especiais. *Ibidem*, n° 9550, 22/ 01/1927, p. 1.

⁽⁸⁹⁾O monárquico liberal Rocha Martins, que criticou acerbamente a intervenção dos bispos na política, expressou em diversos momentos grande consideração por Mendes Belo, a quem considerava "uma das mais nobres, liberais e doutas figuras da Igreja portuguesa". *Arquivo Nacional*, 4/11 /1932, p. 2. Dividido

jornalista mantinha extrema amizade e dedicação - o Vigário Geral expressou, no segundo escrito, "a reprovação formal da conduta e atitudes d'*A Época*"^m. Perante o teor desta mensagem, Fernando de Sousa decidiu pôr termo à publicação do jornal. Embora, no primeiro momento, alguns observadores tivessem encarado a opção tomada como um acto de submissão, os acontecimentos posteriores mostrariam que Nemo não desistia da luta. Poucos dias após o encerramento de *A Época*, aparecia um outro diário, com o mesmo director: *A Voz*.

A imprensa portuguesa face à condenação de Fernando de Sousa

A contenda entre o *Novidades* e *A Época* foi sendo acompanhada com interesse por católicos e não católicos. A acusação de ligações à *Action Française* parece ter encontrado somente crédito nos sectores ligados ao Centro Católico e... no sector diametralmente oposto. No *Diário de Lisboa* explicava-se a suspensão do jornal pelas relações difíceis, que vinham de há muito tempo, do seu director com o Episcopado. Fernando de Sousa encontrar-se-ia perante um dilema: ou a submissão ou a revolta. Ou se conformava com as instruções que estavam na base do Centro Católico e, de acordo com esse gesto, comprometia-se a alterar a sua actuação política, ou pugnava pelas suas convicções. Quanto à pretensão de se comparar o seu caso com os de Maurras e Daudet, afastava-se por completo qualquer afinidade. Ao contrário de Nemo, Maurras não

entre a dedicação à família real e aos amigos monárquicos e a lealdade ao Pontífice Romano, o cardeal esforçou-se por conciliar as partes desavindas, sem nunca revelar em público as discordâncias. A sua moderação provocou acusações vindas de católicos centristas e, mesmo, de membros do Episcopado, o que é visível através da correspondência enviada à Santa Sé. ASV, A.E.S., Nunziatura apostólica de Portugal, Pos. 311, fase. 12, fis. 9 e 14. Referindo-se à morte de Mendes Belo, ocorrida a 5 de Agosto de 1929, um diplomata francês informou que ele soubera, graças ao seu "haute valeur intellectuelle et moral", obter a estima e o respeito de liberais indiferentes ou mesmo hostis à ideia religiosa. "Bien qu'attaché de cœur à l'idée monarchique, il s'abstint constamment de faire une opposition de principe au nouveau régime". Agradeço esta informação ao Doutor Luís Salgado Matos, que recentemente efectuou uma pesquisa nos arquivos do Quai d'Orsay.

^m*Novidades*, n° 9550, 22/01/1927, p. 1.

era católico, defendendo o catolicismo por "táctica de combatente", o que justificava a atitude de Roma que entendera não poder continuar a dar-lhe cobertura⁽⁹¹⁾. No mesmo periódico teciam-se louvores ao diário condenado, um "jornal de segura reputação e de tradição honrosa", de onde se transcreveu a declaração de Fernando de Sousa, explicando que encerrava o jornal "por um sacrifício à paz, que acusavam de perturbar". E acrescentara: "Deus julgará e na sua inflexível justiça confiamos"⁽⁹²⁾.

Também o *Diário de Notícias* manifestou a sua simpatia pelo jornalista monárquico. Acerca da notícia da suspensão de *A Época*, opinava que ela provocara uma "penosa impressão na grande maioria da opinião pública". Embora divergindo nas opiniões, o articulista reconhecia que Fernando de Sousa era digno de consideração pelas suas qualidades e realçou a firmeza de convicções bem como a "linha inflexível de coerência moral". Salientou a posição dramática do jornalista, cujas crenças mais sinceras eram postas em dúvida precisamente pelos mais altos representantes da instituição que sempre tinha querido servir⁽⁹³⁾.

Quanto ao *Século*, apresentou o encerramento de *A Época* como consequência das discordâncias de natureza disciplinar entre o episcopado português e Fernando de Sousa. Por se tratar de "uma grave

⁽⁹¹⁾ *Diário de Lisboa*, n° 1781, 26/01/1927, p. 1.

^m *Ibidem*, 26/01/1927, p. 5.

^{m)} *Diário de Notícias*, n° 21915, 27/01/1927, p. 1. Muitos anos passados sobre toda esta contenda, já depois da morte de Fernando de Sousa, o velho monárquico António Cabral, corroborando a opinião do *Diário de Notícias*, referiu-se-lhe nestes termos: "Não era um fanático. Era um apóstolo. Encarnizado na defesa das suas ideias, firmissimo na sustentação dos princípios que professava, o conselheiro Fernando de Sousa era adversário temível, que não se vergava perante nenhum contendor [...]. Na carreira brilhante de jornalista e propagandista católico, sofreu desgostos graves, agressões, arremetidas coléricas e impetuosas. Nada o desviava, porém, do caminho traçado". António Cabral, *ob. cit.*, p. 48. Alguns anos antes, o mesmo autor referiu-se a Fernando de Sousa, fornecendo informações que, de algum modo, têm a ver com a declaração de ausência de fanatismo. Segundo António Cabral o jornalista católico colaborara com ministros republicanos, dispensando-lhes as "luzes do seu saber", dando ideias e conselhos. António Cabral não concordava com essa colaboração. Em seu entender, se a única solução estava na Monarquia, auxiliar os republicanos era dar estabilidade ao regime e, com isso, prejudicar a Monarquia e Portugal. António Cabral, *Cinzas do Passado. Figuras e Factos - Os Bastidores da Política*, Porto, Liv. Popular de Francisco Franco, 1929, pp. 267-268.

e melindrosa questão de consciência", o citado jornal considerou não ter o direito de intervir. Mas declarou que lastimava o desaparecimento do colega⁽⁹⁴⁾.

O *Mundo*, órgão dos democráticos e fiel defensor da política de Afonso Costa, não teve os mesmos pruridos. Pretendendo ser o guardião do liberalismo laicista contra tudo o que lhe pudesse parecer como avanços da Igreja, colocou-se nesta conjuntura decididamente ao lado do *Novidades* em oposição aos que se revoltavam contra a Santa Sé e contra os bispos⁽⁹⁵⁾ *. Esta postura entende-se. A aproximação dos representantes do Centro relativamente ao governo republicano satisfazia o republicanismo mais radical. Assim, os primeiros adversários de O *Mundo* eram os monárquicos, entre os quais se salientava Fernando de Sousa. A 13 de Janeiro de 1927, O *Mundo* ostentava na primeira página o título: "Entre católicos e monárquicos. A 'Action Française' no Index. A sorte que aguarda o rebelde 'Nemo'". Muito solícito, depois de se referir à condenação, indicava aos "fiéis portugueses" os livros de Maurras que teriam de lançar "ao fogo purificador". O articulista parecia encantado com o rumo dos acontecimentos. Daí em diante, já não seriam vistos os "janotas" sobraçando o jornal *Action Française*⁽⁹⁶⁾. Embora confessando que os conflitos entre os católicos o divertiam, a campanha contra o "jesuitismo de Nemo" caminhava paralelamente à campanha do *Novidades*. Para o diário O *Mundo*, em face da atitude de Nemo - rebelde às instruções da Santa Sé e dos bispos -, que correspondia ao *Non possumus* de Maurras, faltava apenas que o seu nome fosse incluído no *Index*. No jornal que, normalmente, rejeitava e ridicularizava a hierarquia eclesiástica, aguardava-se a excomunhão, na certeza de que ela era inevitável⁽⁹⁷⁾.

⁽⁹⁴⁾O *Século*, n° 16127, 27/01/1927, p. 1, col. 2.

⁽⁹⁵⁾O *Mundo*, n° 8756,6 / 01 /1927, p. 1, col. 6-7. Com um evidente oportunismo, apontava-se aos católicos o exemplo de acatamento de J. Maritain.

^m *Ibidem*, n° 8762,13/01/1927, p. 1, cols. 6-7.

^m *Ibidem*, n° 8774,27/01 /1927, p. 1.0 mesmo diário aproveitou a conjuntura para atacar Fernando de Sousa (que, além de jornalista, era engenheiro distinto, com toda uma vida profissional ligada às Obras Públicas, no ramo dos caminhos de ferro) na sua honradez, como membro do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro. *Ibidem*, 12/01/1927.

Esta aliança, aparentemente contranatura, entre o *Novidades* e *O Mundo*, originou um reparo inserido na publicação integralista *Ordem Nova* - dirigida por Marcelo Caetano -, que se proclamava antimoderna, antiliberal, antidemocrática, antiburguesa e antibolchevista. Conquanto o redactor declarasse abster-se de apreciar a campanha empreendida pelos jornais *Novidades* e *O Mundo*^m, a articulação do jornal do Episcopado com o diário mais radical do republicanismo anticatólico -, tendo em mira a destruição do jornal e do nome de Fernando de Sousa -, já envolvia uma apreciação desfavorável para o primeiro. Numa avaliação à carta (ou cartas) do Vigário Geral de Lisboa, contendo a condenação de Nemo, a revista integralista colocou-se claramente a favor do jornalista, elogiando a sua acção no renovar da mentalidade portuguesa. Fernando de Sousa era apontado como católico exemplar, ao contrário dos seus adversários, comparados ao fariseu que, no conhecido episódio bíblico, passava o tempo a louvar a Deus, mas desconhecia os princípios mais elementares do sentimento religioso⁽⁹⁹⁾. Em outro número, numa alusão aos comentários do *Novidades* e do *Correio da Beira*, de Coimbra, sobre o apoio dado pela *Ordem Nova* ao ex-director de *A Época*, declarava-se que, do catolicismo de cada um, só Deus podia avaliar "embora por este mundo de misérias", muitos se permitissem avaliar e julgar⁽¹⁰⁰⁾.

Sobre a condenação papal à escola francesa, a direcção da revista não expressou qualquer temor de envolvimento. Logo em Outubro de 1926 recomendara aos integralistas que se abstivessem de seguir os ensinamentos de Maurras em tudo o que não fosse rigorosamente conforme à doutrina da Igreja, designadamente no respeitante à atitude filosófica, ao neo-paganismo e ao neo-classicismo. Assegurava que o Integralismo Lusitano fora sempre católico e nunca tivera quaisquer relações, que não as de "mera analogia", com a *Action Française*. Assim, considerava-se inteiramente à margem na questão em debate⁽¹⁰¹⁾.

Entre os monárquicos que se mantinham leais ao ex-rei D. Manuel, o *Correio da Manhã*, órgão da Causa Monárquica, manifestou a maior simpatia pelo director de *A Época*. Os responsáveis por aquele jornal declararam que, como católicos e defensores de uma causa católica - visto

^m *Ordem Nova*, n° 11, Jan. 1927, p. 354.

⁽⁹⁹⁾ *Ibidem*, p. 355.

do) *Ordem Nova*, n° 12, Fev. 1927, p. 387.

⁽¹⁰¹⁾ *Ordem Nova*, n° 8, Out. 1926, p. 262.

que tinha por chefe o rei fidelíssimo - estavam obrigados ao respeito e à obediência às instruções da Igreja, desde que dissessem respeito a matéria de fé ou princípios religiosos que não coarctassem a liberdade política. Quanto à campanha dirigida contra *A Época*, garantiam ter acompanhado a situação "com o coração a sangrar" e levando o silêncio ao máximo do sacrifício. Nemo emudecera, porque a Igreja o obrigara a calar. O seu jornal criara raízes fundas no país, mercê da seriedade dos processos jornalísticos adoptados, das campanhas em favor de todas as causas justas e do incremento dado à Fé. No tocante ao *Novidades*, que alimentava a pretensão de que os verdadeiros católicos estavam no Centro, comentava-se, numa clara alusão à fraca implantação deste: "Pode o Centro Católico folgar [com a vitória sobre *A Época*], mas pequeno seria o número de adeptos da nossa religião, se todos os católicos estivessem enquadrados nessa organização"⁽¹⁰²⁾.

Desafiou o *Novidades* a procurar conhecer, entre os católicos dos dois sexos, mesmo no próprio clero, a impressão causada pelo processo que levava ao encerramento de *A Época*, garantindo que "o acto praticado está bem longe de ter tido aplauso ou assentimento"⁽¹⁰³⁾.

Possivelmente (as declarações contidas no jornal da Causa Monárquica iam nesse sentido), o extinguir de *A Época* não deu muitos assinantes ao *Novidades*. O diário de Nemo tinha leitores que se mantinham fiéis, apesar do clima de intimidação. Segundo o *Correio da Manhã*, nos dois dias posteriores à notícia da suspensão do jornal centenas de pessoas, pertencentes a todas as classes sociais, haviam acorrido a casa de Fernando de Sousa, para manifestar-lhe simpatia. Da província tinham chegado inúmeros telegramas com o mesmo propósito⁽¹⁰⁴⁾. Em plena campanha contra *A Época*, o próprio jornal do Episcopado fez referência a um postal recebido da Covilhã onde se explicava a devolução do

⁽¹⁰²⁾ *Correio da Manhã*, nº 2042, 28/01 /1927, p. 1, cols. 1-2. O *Correio da Manhã* não exagerava no respeitante à implantação do Centro Católico. Nas eleições de 7 de Novembro de 1925, em 151 lugares de deputados e 62 de senadores, o Centro conseguiu somente 4 deputados e um senador. Os monárquicos obtiveram 6 deputados e 5 senadores. Damião Peres, *História de Portugal - Suplemento*, Porto, Portucalense Editora, 1954, p. 404.

^a⁽³⁾ *Correio da Manhã*, nº 2042, 28/01 /1927, p. 1, cols. 1-2.

⁽¹⁰⁴⁾ *Ibidem*, p. 1, col. 5.

mesmo (*Novidades*) pelos maus tratos infligidos ao outro periódico⁽¹⁰⁵⁾. Em Braga, no dia seguinte ao anúncio da suspensão de *A Época*, um numeroso grupo de católicos queimou, em plena Praça da República, todos os exemplares do *Novidades* ali chegados, em protesto pela atitude tomada contra o jornal de Fernando de Sousa⁽¹⁰⁶⁾.

A Posição do Episcopado Português perante a condenação da *Action Française*

Em Portugal, entre os católicos um largo sector procurou demarcar-se do que acontecia em França relativamente a Maurras, pretendendo que as condenações respeitavam somente àquele país. Mas houve quem aproveitasse do episódio o lance que parecia mais favorável aos monárquicos. O conhecido polemista Alfredo Pimenta, que passara de militante republicano para adepto da Monarquia, a partir da tão comentada carta do cardeal de Bordéus, que reconhecia liberdade de opção política aos fiéis, concluía que "nós, católicos, podemos ensinar à vontade a melhor forma de governo para o País". Esta "autorização" era mais um elemento de confirmação de que a sua doutrina não era má⁽¹⁰⁷⁾.

A pretensão de confinar à França a censura pontifícia à *Action Française* era contrariada pelos corpos directivos do diário *Novidades*, que insistiam, a propósito das acusações a Fernando de Sousa, no alargamento da condenação a todo o mundo católico. Foi para fazer sentir esse carácter que os bispos publicaram a *Pastoral Colectiva do Episcopado Português*, com data de 6 de Abril de 1927, onde se comunicava oficialmente aos católicos portugueses a condenação das chamadas doutrinas da *Action Française* e

⁽¹⁰⁵⁾ *Novidades*, n.º 9536, 8/01/1927, p. 1.

⁽¹⁰⁶⁾ *Diário de Noticias*, Ano 63, n.º 21917,29 / 01 /1927, p. 1, col. 7. No dia seguinte, com os ânimos mais calmos, ou temerosos das consequências (certamente de natureza espiritual), os responsáveis pelo acontecido declararam ao mesmo jornal que o gesto não significava uma manifestação contra as autoridades eclesiásticas, que respeitavam e acatavam. Era apenas um protesto contra a campanha do *Novidades*, que consideravam injusta e desleal. *Ibidem*, n.º 21918, 30/01/1927, p. 2, col. 7.

⁽¹⁰⁷⁾ Alfredo Pimenta, *Nas Vésperas do Estado Novo*, Lisboa, Nova Arrancada-Sociedade Editora, SA, 1998, p. 83

dos diversos escritos em que elas eram ensinadas e defendidas. O texto dos prelados traçou todo o historial da contenda, desde a reprovação do cardeal Andrieu até à Alocução Consistorial de 20 de Dezembro de 1926 e à sentença da Sagrada Penitenciária Apostólica, de 8 de Março de 1927 - onde se expunham as normas a usar pelas autoridades eclesiásticas para com os partidários do movimento francês. Os bispos asseveravam que as palavras do Papa não se aplicavam somente aos franceses, ao contrário do que, "consciente ou inconscientemente, entre nós se tem pretendido, procurando-se, por mais este modo, limitar o alcance dos actos pontifícios"⁽¹⁰⁸⁾. Realçava-se, uma vez que "a ignorância e a malícia têm procurado atenuar a eficácia da palavra pontifícia", que a condenação não se referia a questões puramente políticas, como a da forma de governo, que era matéria em que a Igreja deixava a cada um a "justa liberdade".

Também a Pastoral Colectiva não explicava bem em que consistia a "justa liberdade", pois, de seguida, declarava:

"O Santo Padre lamenta sim e procura impedir que os católicos, com prejuízo do que mais importa a eles mesmos e ao Estado e à Igreja, continuem por mais tempo desunidos e em discórdia por motivos políticos, sendo que, 'pelo contrário, a todos e para tudo seria sumamente proveitoso que todos estreitamente se unissem no terreno religioso, isto é, na defesa dos divinos direitos da Igreja, do matrimónio cristão, da família, da educação da infância e da juventude, em suma, de todas as sagradas liberdades que são o fundamento dos Estados".

Na senda do que se defendia no *Novidades*, aproveitava-se o momento para insistir na prioridade a dar à união dos católicos em ordem à luta pela restauração cristã da sociedade.

O princípio maurrasiano *politique d'abord* e o fracasso do Centro Católico

Nas acusações lançadas pelo jornal *Novidades*, que atingiam mais directamente *A Época*, quanto à *Action Française*, todos os monárquicos constitucionais, ou seja, os que apareciam a concorrer com o Centro

dos) "Carta Colectiva do Episcopado Português", *Brotéria*, 1927, pp. 321-330.

Católico no dia do sufrágio, eram visados. Todos seriam seguidores de Maurras, na medida em que concediam um lugar destacado à acção política, considerando que só através de alterações no regime seria possível encetar as reformas que se impunham, nomeadamente as que se prendiam com a restauração das liberdades religiosas. Aos olhos dos defensores do Centro Católico, punham em prática a máxima maurrasiana de *politique d'abord*, que fora sempre contestada pelos que colocavam acima de tudo os interesses da Igreja. Já em 1924 o *Novidades* não se importara de se inspirar em George Valois (o dirigente do primeiro fascismo francês) que refutava a verdade do *politique d'abord*, para impugnar essa divisa⁽¹⁰⁹⁾.

Num tempo em que a *Action Française* estava na ordem do dia, o fracasso do Centro, que, no Parlamento, teve sempre uma representação muito reduzida, foi atribuído à influência de Maurras. J. Dinis da Fonseca, deputado do Centro Católico, em textos não assinados inseridos no *Novidades* e transcritos (com indicação de quem era o autor), pela revista *A União* - órgão oficial do Centro Católico Português -, aludiu ao "vento de indisciplina religiosa que sopra de França, e toma corpo procurando esconder-se atrás de uma mal entendida liberdade política"⁽¹¹⁰⁾. Na opinião do militante centrista, o jornal do carismático francês era o "orientador e guia" de "muitos, que se dizem católicos"⁽¹¹¹⁾ e que trocavam "as direcções dos legítimos representantes da Igreja, pelas de Maurras"⁽¹¹²⁾. Esses católicos, entusiasmados com as doutrinas de Maurras, secundarizavam a acção religiosa, defendendo o *politique d'abord*. "E foi a influência nefasta, exercida pelo errado critério da *Action Française*, que muito contribuiu para impedir que a união dos católicos portugueses tenha produzido frutos tão abundantes como seriam de esperar"⁽¹¹³⁾.

Na perspectiva centrista, católicos modelares eram os que haviam sacrificado as suas opiniões à causa católica. A 19 de Junho de 1927 foi homenageado a título póstumo o Dr. Cunha Barbosa, que fora parlamentar do Centro Católico Português. Era um exemplo, pois, tendo sido

⁽¹⁰⁹⁾*Novidades*, n.º 8725, 23/09/1924, p. 1.

⁽¹¹⁰⁾*A União*, n.º 198, Abr. 1927, p. 24.

⁽¹¹¹⁾*Ibidem*, p. 25

⁽¹¹²⁾*Ibidem*, p. 26.

⁽¹¹³⁾*Ibidem*, p. 26.

militante monárquico, sacrificara a sua actividade política em prol da restauração do regime anterior, em obediência à Santa Sé e aos bispos, logo que estes marcaram como um dever a orientação do Centro. A sua vida era apresentada como o modelo do cidadão católico⁽¹¹⁴⁾.

Não obstante as repetidas declarações de apartidarismo, deve ter-se em conta que o Centro Católico não estava imune ao pecado político, pois reconhecia que só com os votos dos católicos seria possível ter no Parlamento um confortável número de deputados que permitisse fazer vencer as suas reivindicações. No período eleitoral as lutas entre católicos eram particularmente aceras, visto que monárquicos e centristas - o Centro, conquanto recusasse assumir-se como um partido, na prática procedia como se o fosse⁽¹¹⁵⁾ - buscavam os votos no mesmo território: o católico.

No período posterior ao movimento de 28 de Maio, em plena ditadura, mas pensando certamente no termo dessa etapa, o *Novidades* continuava a recomendar o ingresso no Centro a "todos os portugueses de boa fé que desejem salvar a nação do abismo em que o liberalismo a lançou⁽¹¹⁶⁾.

A desobediência dos portugueses às ordens do Papa

Os bispos, nas suas dioceses, continuavam, certamente, vigilantes quanto ao cumprimento das normas estabelecidas no tocante às doutrinas de Charles Maurras e ao jornal *Action Française*. O que sucedia na diocese de Portalegre pode ser apresentado como exemplar. Pouco depois da publicação da Pastoral Colectiva, o bispo, D. Domingos Maria Frutuoso, em carta dirigida ao clero que lhe estava subordinado, insistiu no tema da condenação, referindo-se ao perigo corrido pela fé católica, não só em França, mas em outras nações, incluindo Portugal. Na própria mensagem confirmou não ser raro ouvir referências elogiosas, vindas de intelectuais portugueses, a Charles Maurras. Ele próprio não escondia as qualidades do chefe carismático: "Não seremos nós a correr um véu sobre as qualidades eminentes que o revestem; mas citá-lo em tudo, e a

Novidades, n° 9694, 22/06/1927, p. 1.

⁽¹¹⁵⁾ Manuel Braga da Cruz reconhece que "O eleitoralismo absorvera de facto o Centro" que "acabou por, na prática, se organizar e actuar como um partido eleitoral-parlamentar". Manuel Braga da Cruz, *ob. cit.*, p. 341.

⁽¹¹⁶⁾ *Novidades*, n° 9663, 22/05/1927, p. 1.

propósito de tudo, como se fora um Padre da Igreja, não fazia sentido da parte dos católicos, cujas direcções vêm por disposição divina do Soberano Pontífice e dos Bispos, únicos que têm o poder de dirigir os fiéis".

E continuava o bispo, com alguma candura: "Havia até em Portugal quem atribuisse a esse chefe uns olhares de águia mais largos e mais perspicazes do que ao Sumo Pontífice Leão XIII, de sábia e imortal memória"⁽¹¹⁷⁾.

Contudo, não obstante os avisos e ameaças de excomunhão, à semelhança do que sucedeu em França - conquanto, naturalmente, com veemência menor -, parece que, em Portugal, muitos católicos não ficaram intimidados com os anátemas. Em Novembro de 1926, em plena campanha contra a *Action Française*, o *Novidades* denunciou o facto, que considerou de significado aberrante, de ter havido aplausos e louvores dirigidos a Maurras, na sessão solene, de comemoração do aniversário de D. Manuel II, que tivera lugar na sede das juventudes monárquicas⁽¹¹⁸⁾.

Como ocorre com frequência em lances de interdição, é muito provável que as proibições do Papa e dos Bispos tivessem constituído achas na fogueira das discórdias, despertando o interesse pelo jornal francês condenado. Um mês após a publicação da Pastoral Colectiva do Episcopado Português, confirmando o julgamento de Pio XI, o órgão regional do Centro Católico, *Notícias da Covilhã* - cidade onde o jornal *A Época* tinha um grande número de leitores⁽¹¹⁹⁾ e onde, em 1925, as lutas entre católicos atingiram grande violência, tendo chegado à agressão ao director do periódico covilhanense, que era padre -, garantia que alguns católicos exibiam o jornal *Action Française* "como estandarte de rebelião, indisciplina e desobediência". O articulista, escandalizado, perguntava se eram católicos esses que, "só depois dos paternais avisos dos bispos franceses e da formal condenação do Papa" e do Episcopado Português, haviam começado a assinar esse jornal, entendendo que lhes era lícito fazer "a propaganda da sua rebeldia". Advertia que tais pessoas

^ *Novidades*, n° 9644, 3/05/1927, p. 1.

⁽¹¹⁸⁾ *Ibidem*, n° 9486, 16 /11 /1926.

⁽¹¹⁹⁾ *A Época* era um dos jornais mais lidos na Covilhã, segundo informava, a propósito da sua suspensão, o periódico *A União*, que se publicava na mesma cidade. *A União* (Covilhã), 27/01/1927, p. 1, col. 1.

não podiam ser absolvidas, devendo ser consideradas como pecadores públicos⁽¹²⁰⁾.

Poderá espantar que, numa pequena cidade do interior português, os católicos *rebeldes* tivessem acesso a um periódico condenado, impresso no estrangeiro e, especialmente, que tivessem a coragem de ostentar a sua desobediência. Mas não seria caso único no interior de Portugal. As preocupações do bispo de Portalegre, que estiveram na origem da carta ao clero, já citada, tinham, provavelmente, alguma razão de ser e não se dissiparam. Alguns meses depois, o mesmo prelado, numa provisão datada de 29 de Setembro de 1927, insistia no mesmo tema. É que chegara ao seu conhecimento que, apesar da proibição papal, sob pena de pecado grave, da leitura do jornal *Action Française*, por ser órgão de uma escola filosófica que "faz correr graves riscos à Fé e à Moral Católica" e apesar da Carta Colectiva do Episcopado português, de 6 de Abril, ter declarado a proibição extensiva aos católicos portugueses, tivera conhecimento que "alguns súbditos" da sua diocese continuavam a ler e a assinar a folha condenada. Através da provisão proibia os sacerdotes de admitir à recepção dos sacramentos os fiéis culpados de tão grave desobediência antes de haverem suspenso a assinatura do jornal⁽¹²¹⁾.

Entretanto, o novo jornal de Fernando de Sousa, *A Voz*, continuou a dar aos seus leitores notícias sobre a *Action Française*, através de um tal Structor, que assinava uma rubrica intitulada *Diário de Paris*. Em 13 de Abril de 1927 Structor referiu-se à festa do herói. Aqui o herói era um militante da *Action Française*, que fora condecorado⁽¹²²⁾. Conquanto deixe transparecer a admiração pelo movimento, é no texto publicado em 15 de Maio de 1927 que a exaltação é notória, ao descrever-se o cortejo dos seguidores de Maurras na festa dedicada a Joana d'Arc. Maurras, Daudet e outros dirigentes haviam sido muito aplaudidos, constituindo isso - acrescentava o autor do texto -, "aquela doce compensação que é tão agradável a quem sofre por ideias e luta por elas". E asseverava:

Notícias da Covilhã, n° 400, 29/05/1927, p. 1, col. 5.

⁽¹²¹⁾ *Novidades*, n° 9834, 10/11/1927, p. 1, col. 5. Alguns párocos da diocese de Portalegre quiseram saber, junto do prelado, se era permitida a leitura da *Action Française* aos católicos portadores de uma autorização especial da S. C. do *Index* para ler livros proibidos. A resposta foi negativa. O Papa reservava para si o poder de conceder tal licença. O *Distrito de Portalegre*, 20/11/1927, p. 2.

⁽¹²²⁾ *A Voz*, n° 70, 13/04/1927, p. 1, col. 1.

"Se a França pode salvar-se da anarquia que a espreita, cada vez mais audaciosa, cada vez mais resolvida a dar o salto definitivo, so na "Action Française" pode encontrar as condições de salvação⁽¹²³⁾.

A insistencia do Padre Gonçalves Cerejeira no tema da *Action Française*, nas suas "Cartas aos Novos", parece comprovar que os jovens do CADC não se desprendiam facilmente da esperança que haviam depositado no movimento francês. Assim, no número de Março/Abril de 1927 da revista *Estudos*, o director espiritual dos estudantes advertia que, ao seguirem qualquer "hábil mestre de vãs palavras"⁽¹²⁴⁾, em vez de obedecerem à Igreja, empreendiam numa "obra autêntica de laicismo"⁽¹²⁵⁾. E continuava:

"Deslumbram-se alguns com homenagens prestadas à Igreja por homens sem fé - esquecendo-se que está escrito que sem a fé não pode servir-se a Deus. Afligem-se com a condenação de métodos políticos, de que fiavam a salvação da sociedade e da Igreja - esquecendo-se que tais métodos são anti-cristãos, e a Igreja não pode ser servida começando por se ofender a Cristo. Temem-se da ruína do movimento político dirigido por alguns grandes contra-revolucionários ateus, como se sem ele a sorte da Igreja e da civilização ficasse sem eficaz defesa - esquecendo-se que está escrito também que a única vitória que vence o mundo é a nossa fé"⁽¹²⁶⁾.

Para melhor convencer os moços, Gonçalves Cerejeira serviu-se de um texto de J. Maritain, que defendia o poder da Igreja sobre o temporal em nome dos interesses do espiritual. Era o "poder indirecto", o poder "sobre o temporal, não como tal mas enquanto interessa ao bem das almas". Assim, quando a Igreja intervém, em nome do seu poder indirecto, "é pecado não obedecer". Esclarecia-se que não se tratava de pecado de heresia - pois o Papa, quando não fala *ex-cathedra*, não é infalível. Mas "é um pecado contra a justiça e obediência filial para com a Igreja". Tratando-se de assuntos falíveis, o Papa poderia mudar de opinião⁽¹²⁷⁾. Era legítimo procurar, "se para tanto há boas razões", levar o Papa a mudar

<123>A Voz, n° 100,15/05/1927, p. 1, col.1.

(124) "(fartas aos Novos", *Estudos*, n° 59-60, Mar. e Abr. 1927, p. 739.

(125) *Ibidem*, p. 740.

(126) *Ibidem*, p. 742.

(127) Em 1939 um outro Papa, Pio XII, levantou a condenação à *Action Française*.

de decisão. Mas, enquanto a ordem se mantivesse de pé, era necessário obedecer. Mesmo fazendo perigar interesses espirituais, a obediência era devida. Porque, obedecendo ao Papa, obedece-se a Deus. "É ele quem permite isso, pelos fins superiores da sua Providência"⁽¹²⁸⁾.

Alguns meses depois, o professor de Coimbra comparou os que choravam sobre as ruínas do passado (a Monarquia) aos cristãos do tempo das invasões que puseram fim ao império romano e que carpiam a morte de uma civilização. O abandono da causa monárquica - pois que "nem sempre o que é melhor é o que sobrevive" - tinha o mesmo sentido do corte, levado a cabo pelo Papado, das amarras que ligavam a barca de Pedro ao império romano (visto geralmente como o garante da civilização), lançando-a ao encontro dos povos bárbaros. E esse gesto representara o início de uma civilização nova. A grande cruzada do tempo era "restaurar Deus nas almas". Não era batalhando por certas causas políticas - ideia velha, que não fora inventada por Maurras - que melhor se defendia a causa da recristianização da sociedade⁽¹²⁹⁾.

A insistência no nome do doutrinador francês evidencia o clima de perturbação que lavrava no CADC⁽¹³⁰⁾ e como a questão da *Action Française* se entrelaçava com as divisões entre os católicos portugueses - os apoiantes do Centro Católico, os defensores da restauração monárquica, os hesitantes que, sujeitos a pressões, preferiam manter-se afastados.

Considerações finais

O redobrar da crise das instituições liberais no período a seguir ao final da I Guerra Mundial fez crescer num sector importante da Igreja Católica a esperança de vir a orientar um volte-face que oferecesse os suportes imprescindíveis à tão ansiada recristianização da sociedade.

⁽¹²⁸⁾ "Cartas aos Novos", *Estudos*, n° 59-60, pp. 743-745.

⁽¹²⁹⁾ "Cartas aos Novos", *Estudos*, n° 66, Out. 1927, p. 268 ss.

⁽¹³⁰⁾ Mesmo depois dos incidentes que conduziram ao encerramento de *A Época* o CADC continuou a ter com J. Fernando de Sousa relações amistosas. A revista *Estudos* (Jul. e Ago. 1929) trazia uma referência à subscrição que *A Voz* (de Fernando de Sousa) abria nas suas colunas a favor da nova casa do CADC. Num dos números seguintes (n° 90) noticiou ter recebido 5000\$00 em resultado da subscrição.

A condenação da *Action Française* por Pio XI, bem recebida nos meios democráticos (em Portugal como na França), não carregava qualquer apego à democracia, nem sequer uma atitude de contemporização para com um regime acusado de violar os direitos espirituais dos cidadãos. Transportava, sim, o desejo de uma movimentação por parte dos católicos que, através do voto - única via possível, uma vez que a história recente provara, em alguns países, a inexequibilidade dos métodos violentos - conseguiriam a vitória das forças conservadoras guiadas pelos valores tradicionais.

Assim se explicam as contradições de todo o processo que, em Portugal, envolveu a campanha contra o sector monárquico fiel ao ex-rei D. Manuel II, que não desistia de lutar, dentro da legalidade, pela restauração da Monarquia abolida em 1910. Os monárquicos dessa corrente constitucional, apontados pelos adversários como liberais (conquanto o liberalismo de alguns fosse muito duvidoso, mas isso não está aqui em causa), foram denunciados como seguidores da *Action Française* após a anatemização da escola francesa antiliberal. Quer dizer, os que eram apodados de seguidores do antiliberal Maurras eram, contraditoriamente, acusados de liberalismo. Os acusadores eram, eles próprios, alunos de Maurras.

A afirmação de liberdade política frente às pretensões de unanimismo imposto aos católicos esteve na origem da querela. A campanha dirigiu-se especificamente contra o homem - J. Fernando de Sousa, director de *A Época* - que, entre os católicos não alinhados ao Centro Católico, gozava de enorme prestígio. É legítimo pensar que existia entre os dirigentes do *Novidades* - o jornal católico que moveu guerra feroz a outro jornal católico e ao seu director - a ilusão de que, derrubado o adversário, ou melhor, reduzido à submissão e ao seguidismo, se conseguisse finalmente que a grande maioria dos fiéis da religião maioritária aceitasse delegar nos chefes do Centro - ou na retaguarda que o orientava - as suas opções quanto ao futuro do país.